

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA DEFICIÊNCIA: HISTÓRIAS DE LUTA E SEGREGAÇÃO

DEFICIENCY'S HISTORICAL CONTEXTUALIZATION: FIGHT AND SEGREGATION'S STORIES

Marilia Bazzo Cassiano*
Maria Beatriz Bressan**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, através de uma contextualização histórica, traçar a evolução do conceito de deficiência, bem como a relação da sociedade com essa temática. Trata-se de uma análise histórica produzida por meio de pesquisa bibliográfica, na qual foi possível realizar um estudo preciso das mudanças ocorridas ao longo dos tempos, desde as primeiras civilizações até os dias atuais, visualizando as diferenças de tratamento e aceitação no que se refere à deficiência.

Palavras-chave: Deficiência. História. Evolução.

ABSTRACT

This work aims to describe the disability's evolution concept under a historical contextualization as well as the society's relationship with this issue. It is about a historical analysis executed through a bibliography research in which it was possible to do a precise study related to the occurred changes throughout the time, from the first civilizations to our current days, visualizing the treatment and acceptance differences regard to the deficiency.

Keywords: Deficiency. History. Evolution.

Para que possamos refletir sobre a temática da deficiência, algumas perguntas de suma importância devem ser feitas. O que é a deficiência? Como nós definimos as pessoas com algum tipo de deficiência? Como se estabelece uma classificação para os diagnósticos da deficiência? Diante dessas, e de diversas outras perguntas, podemos ver a complexidade que envolve esse assunto.

As tentativas de se formular conceitos sobre a deficiência produziram uma ampla discussão teórica. Estamos diante de uma questão

* Pedagoga pelo Centro Universitário Anhanguera (Unifian/Pirassununga), especialista em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual e Pós-graduanda no Curso de Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação (FATECE/Pirassununga). Professora da Educação Infantil e Fundamental I. Professora de Inglês pelas escolas de idiomas CCAA (Centro Cultural Anglo Americano) e Wizard.

** Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professora de graduação e pós-graduação *Lato Sensu* nas áreas de Educação e Gestão de Pessoas na Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação (FATECE/Pirassununga).

polêmica, patrocinada inicialmente pela medicina e sobre a qual repousam muitas dúvidas, imprecisões e poucas definições úteis para o universo acadêmico, para a prática em geral, bem como para a condição de vida das pessoas com deficiência (PEREIRA, 2008, p. 37).

Na perspectiva de Ribas (2011, p. 12), o termo deficiência, na língua portuguesa, sempre será lembrado como um sinônimo de escassez, de privação e carência, e em decorrência disso, ampliará seu sentido para incapacidade, déficit e imperfeição.

Os estudos de Pereira (2008, p. 17) mostram que a forma como a pessoa com deficiência foi, e é percebida, envolve um conjunto de conceitos, que serão característicos da sociedade e da cultura a qual a mesma está inserida. Os princípios aos quais esses conceitos encontram-se ligados estão relacionados a contextos culturais, familiares, religiosos, sociais e econômicos, e que juntos, formarão os seus ideais. A sociedade apresentará suas concepções sobre a deficiência, e essas, serão diferentes em cada época e cultura, envolvendo credos e lendas, que de alguma forma tentam explicar as origens das mesmas, e também meios próprios para a abordagem dessa questão, o que por consequência gera uma gama de comportamentos e ações, que englobam a discriminação social, a eliminação sumária, o endeusamento, a acolhida e o desprezo.

Assim, para que possamos começar a compreender a deficiência, devemos primeiramente considerar a cultura e o momento histórico em que nós, e as pessoas com deficiência estamos inseridos.

De acordo com Bianchetti (1998 apud PEREIRA, 2008), existem informações muito antigas sobre a deficiência. As datas não são muito claras, mas pode-se identificar as culturas antigas com certa precisão.

Relacionando o tema aos povos antigos, em que a locomoção era uma característica básica, e onde essa locomoção era estabelecida pela natureza, algo que o homem não pode controlar, um fundamento básico nessa sociedade era o de que as pessoas pudessem cuidar de si mesmas, e além do mais, cooperar com as demais pessoas do grupo. Os membros que não se encaixavam nesses padrões, eram deixados para trás, sem gerar nos demais qualquer sentimento de responsabilidade ou mal-estar, pois se tornavam um inconveniente para o grupo.

Desse ponto de vista, podemos entender que desde as civilizações mais antigas, a pessoa com deficiência já era segregada, e que essa segregação, pouco ou nada incomodavam o restante da sociedade.

Por isso, Pereira (2008, p. 18) relata que durante a Antiguidade, as pessoas com deficiência eram extintas de modo rápido, de maneira especial na Grécia Antiga.

De acordo com Bianchetti (1998, p. 29 apud PEREIRA, 2008, p. 19), o corpo que possuía beleza e perfeição era estimado pelos gregos, bem como a capacidade para a guerra, a ginástica, os jogos e a dança: “Se ao nascer, uma criança não pudesse corresponder aos ideais atléticos e estéticos dos gregos, ela seria sumariamente eliminada”.

Segundo Goffman (1998, p. 11 apud PEREIRA, 2008, p. 19), o povo grego tinha um grande entendimento sobre recursos visuais e usavam o termo *estigma* relacionando-o “a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem o representava”.

Por isso, ainda nos dias de hoje, quando mencionamos a palavra *estigma*, percebemos a força e a caracterização que a mesma possui, seja positiva ou negativamente.

Novamente buscando o referencial teórico de Pereira (2008), o conceito de deficiência se difere quando observado no Egito e na Palestina. Segundo Calvante (2002), mencionado por PEREIRA (2008, p. 20): “ao mesmo tempo em que na Grécia as pessoas com deficiência eram eliminadas, no Egito elas chegaram a ser divinizadas”.

Considerando essa colocação, podemos perceber o quanto definir e lidar com o assunto deficiência foi e é difícil, indo de um extremo ao outro com facilidade.

Com os estudos de Pereira (2008), quando falamos sobre a visão que a Palestina possui sobre a deficiência, podemos entender que o seu conceito possui aspectos místicos e religiosos, e que assim como na Grécia, a existência de uma deficiência, ganhou um sentido parecido ao “estigma”, uma vez que se via a deficiência como uma marca, instituída no corpo por alguma divindade, como um castigo, por um pecado cometido.

Por isso, para Pereira (2008), esse último pensamento ainda influencia algumas pessoas com deficiência e as pessoas que estão ao seu redor, uma vez que procuram respostas utilizando fundamentos religiosos e sobrenaturais.

Segundo Pereira (2008) foi durante o começo da Era Cristã que se deu início o acolhimento das pessoas com deficiência, ainda que a associação entre a deficiência e o pecado continuasse a ser muito forte.

Durante a Idade Média, as explicações religiosas e místicas da deficiência tornaram-se ainda mais contundentes e severas. Naquele

tempo a Igreja estava no auge de sua influência, impondo seus dogmas tanto pela persuasão quanto pela força bruta (PEREIRA, 2008, p. 21).

Ainda de acordo com Pereira (2008, p. 21), a partir da Idade Média, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como pessoas portadoras de uma alma, sendo consideradas, assim, filhos de Deus. Esse novo conceito segundo Silva e Dessen (2001, apud PEREIRA, 2008), traz uma redução dos maus-tratos para com a pessoa com deficiência, e as mesmas também passam a ser abrigadas em instituições de caridade.

Com a nova “condição espiritual”, aqueles que não se enquadravam no padrão considerado normal ganhavam o direito à vida, mas continuavam sendo estigmatizados, pois a diferença estampada no corpo era interpretada como um sinônimo de pecado (BIANCHETTI, 1998 apud PEREIRA, 2008).

Assim, podemos notar que a partir da Idade Média a pessoa com deficiência começou a ser vista segundo uma nova perspectiva, porém, não deixou de ser rotulada e excluída pelo restante da sociedade.

Segundo Telford e Sawrey (1997 apud PEREIRA, 2008, p. 22), foi durante a Idade Média que a Igreja começou a mudar o seu conceito sobre a deficiência, motivada pelas Cruzadas, que aleijou pessoas religiosas e aventureiros.

[...] as cruzadas eram caracterizadas como um movimento religioso, uma Guerra Santa contra os inimigos da Cruz, envolvendo inclusive crianças, numa marcha do sul da Europa rumo à Itália, em 1212, fato que ficou conhecido como a Cruzada das Crianças (CAIRNS, 1998, p. 179-180 apud PEREIRA, 2008, p. 22).

Como afirma Pereira (2008), não havia como a Igreja dizer que as pessoas que estavam participando das Cruzadas tornavam-se cegas por um pecado cometido, uma vez que as mesmas estavam lá para lutar pela fé cristã, e como em qualquer operação militar, pessoas são gravemente feridas e muitas morrem. Assim, as consequências que as Cruzadas deixaram para as pessoas, como mutilações e pessoas cegas, não podiam mais ser vistas como causas místicas e espirituais, mostrando que as deficiências possuíam outras causas. “Daí a atitude acolhedora da Igreja, criando instituições de amparo aos expedicionários das Cruzadas”.

Como podemos perceber, a partir desse acontecimento a deficiência deixa de ter como causa única a explicação mística e espiritual e passa a ser vista de outros pontos de vista, o que significa uma grande evolução no entendimento e significação desse conceito.

Contudo, Pereira (2008) diz que o conceito de deficiência não se alterou quando o comportamento para com os deficientes foi de acolhida, uma vez que ainda haviam atitudes de eliminação e discriminação.

Na concepção de Pereira (2008), ao longo do século XVI, as pessoas passaram a demonstrar um olhar de interesse diferente pela deficiência, não mais justificada pelo sobrenatural. Essa temática deixa de vincular-se apenas ao sobrenatural e passa a ser considerada também na área da medicina.

Diante desse fato, podemos entender o longo processo da compreensão da deficiência, deixando de ser algo justificado pelo misticismo e pela espiritualidade e passando a ter explicações mais sólidas e concretas por meio da medicina.

De acordo com os estudos de Bianchetti (1998 apud PEREIRA, 2008), a medicina foi avançando, e com ela o conceito de deficiência passou a ter perfis que se diferenciavam do que se conhecia até o momento. O corpo começou a ser tratado como uma máquina e aquilo que era considerado deficiência ou doença, passou a ser visto como uma alteração ou problema. A partir desse momento, a sociedade, que até então usava o místico e o sobrenatural para tentar explicar as deficiências, passa a tratá-la como uma anomalia, um desequilíbrio ou uma irregularidade.

A medicina acompanhou o crescimento de todos os campos do conhecimento, observado entre os séculos XVII e XVIII. Esse crescimento acontecia numa época em que a saúde e a doença disputavam o homem assim como o bem e o mal disputavam o mundo (CANGUILHEM, 1978, p. 77 apud PEREIRA, 2008, p. 24-25).

Considerando Castiel (1999 apud PEREIRA, 2008), os projetos filantrópicos realizados durante aquele período possuíam duas vertentes; uma atitude de caridade para com as pessoas que necessitavam e, concomitantemente, um meio de constrangimento e opressão social.

As mesmas instituições de caridade que acolhiam, também reforçavam o estigma daquelas pessoas como objetos da caridade alheia, como todas as implicações sociais produzidas por essa condição. Em outras palavras, as consequências sócias das instituições de amparo à deficiência funcionaram como uma demonstração pública da invalidez, uma marca social que promoveu o fortalecimento do preconceito da discriminação (PEREIRA, 2008, p. 26).

Assim, entende-se que mesmo diante de atitudes que visavam ajuda às pessoas com deficiência, as mesmas continuavam a ser expostas e envergonhadas, o que contribuiu para a consolidação do preconceito.

Ainda utilizando a concepção de Pereira (2008), é de suma importância salientar a Revolução Industrial, período em que os trabalhadores precisaram se adequar a demanda de trabalho, que visava à produtividade, e onde o sujeito era reconhecido por aquilo que pudesse gerar, excluindo assim, as pessoas com deficiência.

Assim, segundo Pereira (2008), a Revolução Industrial, além de excluir as pessoas com deficiência, também as criou, pois as condições de segurança eram mínimas e a carga horária longa, o que somado levava a acidentes e, conseqüentemente, a pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência não foram absorvidas pelo mercado de trabalho emergente e, em parte, a concepção médica da época contribuiu para essa segregação, assim como contribuiu para a imagem social negativa das pessoas com deficiência, considerada inválida e incapaz para o trabalho (CLAPTON; FITZGERALD, 2002 apud PEREIRA, 2008, p. 28).

Diante dessas colocações, podemos entender a importância da Revolução Industrial na trajetória histórica da deficiência, uma vez que, além de excluir aqueles que não eram considerados aptos para o trabalho, contribuiu para o crescimento de pessoas com deficiência, visto que não haviam condições mínimas de segurança para os trabalhadores.

Ao longo do século XVIII, de acordo com Pereira (2008, p. 28), surgiram as primeiras tentativas do que hoje chamamos de educação especial.

A primeira escola para crianças surdas foi criada na França pelo abade De l'Épée (1710-1789), que educava crianças por meio de sinais manuais. Na Alemanha, a primeira escola pública para surdos foi criada por Samuel Heinicke (1723-1790), que ao contrário do sistema francês, ensinava por meio de métodos de comunicação oral.

Na perspectiva de Pereira (2008), o século XIX merece destaque em relação às primeiras tentativas a favor da educação especial. Nesse período de tempo muita coisa aconteceu. Foram criadas as primeiras instituições para crianças surdas e cegas nos Estados Unidos, destacando-se o fato que marcou e mudou imensamente a vida das pessoas cegas: o método Braille foi criado por um jovem que mudou um código militar, para que as pessoas cegas também o pudessem usar.

Como se vê, somente a partir do século XIX que tentativas reais de inclusão das pessoas com deficiência foram realizadas, após séculos de segregação.

Conforme Pereira (2008), no Brasil, levados pela iniciativa do jovem criador do método Braille nos Estados Unidos, foi criado, em 1854, O Instituto Benjamin Constant

(IBC), que atua na área da educação com pessoas cegas e também o Imperial Instituto de Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos).

Segundo Kirk e Gallagher (1987 apud Pereira, 2008, p. 31), “as instituições mencionadas acima ofereciam treinamento para os residentes, mas destacava-se um ambiente protetor, do qual muitos residentes tornaram-se dependentes por toda a vida”.

Nesse contexto, notamos que apesar da acolhida das pessoas com deficiência em ambientes mais apropriados, os profissionais não estavam preparados para trabalhar com a autonomia das mesmas, uma vez que elas aprendiam, porém não eram capazes de agir por si próprias.

De acordo com Pereira (2008, p. 32), “o século XX trouxe mudanças em todos os sentidos. Algumas são, de fato, efetivas, outras, meramente cosméticas”. Na teoria, esse século foi o século da integração, no qual diversos setores foram convocados a fazer parte dessa integração, passando pelo esporte e turismo, até o trabalho e lazer.

Assim, podemos observar que foi a partir do século XX que as pessoas com deficiência começaram a ser integradas, nos mais diversos meios, o que não significou que estavam realmente sendo incluídas.

Novamente buscando o referencial teórico de Pereira (2008, p. 32), a ONU (Organização das Nações Unidas) estabeleceu, em 1983, a Década das Pessoas Portadoras de Deficiência, com o objetivo de dar visão internacional aos assuntos relacionados à deficiência.

De acordo com Caprara (2003 apud PEREIRA, 2008, p. 32), nessa época, um documento denominado Ações Mundiais para as Pessoas Portadoras de Deficiência foi feito para que as atitudes a serem realizadas, pudessem ser, assim, realizadas internacionalmente.

Desse modo, entende-se que as ações em prol das pessoas com deficiência começaram a ser pensadas não somente para atender o público específico de um local, mas em todos os locais que essas se encontravam, a fim de se trabalhar de maneira parecida.

Na concepção de Pereira (2008), no Brasil, em especial, os assuntos ligados à deficiência, até os anos de 1970, eram tratados pelas pessoas da área médica e o atendimento era realizado em instituições de saúde e reabilitação. De acordo com Saeta (1999 apud PEREIRA, 2008, p. 32), “na abordagem típica daquele período, a deficiência era percebida no lugar da pessoa”.

Nesse sentido, podemos compreender o quanto a pessoa era deixada de lado diante da sua deficiência, posto que não eram vistas primeiramente como seres humanos que tem sentimentos, que pensam, que tem opiniões, dúvidas, medos, sonhos, mas já eram definidas pela deficiência que possuíam.

De acordo com Pereira (2008, p. 33), a ONU começou um movimento internacional no final dos anos de 1970, movimento esse que produziu o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, em 1981. Envolvidos com esse movimento, diversos grupos espalhados pelo país passaram a refletir e debater a temática da deficiência, surgindo uma mobilização única, em que as próprias pessoas com deficiência estavam engajadas, sem qualquer ajuda de especialistas. Segundo Bieler (1990 apud PEREIRA, 2008, p. 33), “nasce ali uma mobilização brasileira em torno das questões ligadas à deficiência”.

Ainda sobre Pereira (2008), foram criadas, a partir do ano de 1984, a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (FEBEC), a Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (MORHAM) e por fim, o Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes.

De acordo com Bieler (1990) e Saeta (1999), citados por Pereira (2008, p. 33) “a mobilização em torno do Ano Internacional possibilitou a articulação e o surgimento de um Movimento para a integração de pessoas com deficiência em todos os segmentos sociais”.

Novamente buscando o referencial teórico de Pereira (2008, p. 34), a deficiência, durante um período de vinte anos, ganhou um espaço social no Brasil, após ser tão disfarçada e segregada. “As pessoas com deficiência conquistaram um espaço antes inexistente na sociedade, na legislação, no espaço público, no mercado de trabalho e na mídia”.

Assim, para Pereira (2008), as pessoas que participaram desse período de lutas e feitos, os êxitos são claros, mas os mesmos são, sob muitos pontos, muito mais uma condescendência às pessoas com deficiência, do que um assunto ligado à cidadania dos mesmos. Observa-se em todos os meios sociais, no qual deveriam existir meios físicos e mentes abertas, barreiras reais e o preconceito em relação às pessoas com deficiência. Essa realidade, em que ainda há tanto para se conquistar, parece conflitante com as conquistas já realizadas, porém não anula, de forma alguma os progressos já alcançados.

A geração que participou das conquistas, seja assistindo ou lutando, pode delimitar e vivenciar parcialmente o efeito das conquistas e as futuras gerações, certamente encontrarão um ambiente menos agressivo, menos discriminador e menos cruel, se comparado com os anos e os séculos que antecederam as duas últimas décadas (PEREIRA, 2008, p. 35).

Assim, ainda que o caminho a ser trilhado continue a ser grande para que a pessoa com deficiência seja de fato incluída e tratada com a dignidade que merece, são claras as conquistas ao longo de todos esses anos.

Já no que diz respeito aos estudos de Ribas (2011, p. 17), “definir deficiência é uma atividade quase impossível. Saber onde começam os limites de uma pessoa e até onde chegam os seus alcances é tarefa intangível”.

Desse ponto de vista, compreendemos o quão difícil é, ainda hoje, definir, ou mesmo tentar esclarecer o que é a deficiência, devido tanto à complexidade da sua definição, quanto a todos os conceitos envolvidos e as considerações que merece.

A esse respeito, Ribas (2011, p. 18) relata que nem mesmo a Organização Mundial da Saúde é capaz de dar uma definição para o que é a deficiência. Diante disso, a OMS criou a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, documento esse que considera a deficiência dentro de um conceito social, e também a relaciona levando em consideração outros fatores como idade, sexo, etc.

O mérito desse documento é conseguir perceber que a deficiência é um tema que só pode ser estudado na transversalidade, ou seja, deficiência é um acometimento que incide sobre crianças e adultos, homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres, ocidentais e orientais, católicos e judeus (RIBAS, 2011, p. 18).

Novamente buscando o referencial teórico de Ribas (2011, p. 18), o que mais se usa e se compreende sobre a deficiência em nosso país, são as definições encontradas na legislação brasileira atual, legislação essa que não se utiliza dos documentos da OMS.

Considerando a colocação do autor, podemos entender que quando se trata da tentativa de compreensão da deficiência, os documentos internacionais e a legislação brasileira atual acham-se em desacordo.

De acordo com Bezerra (2016), quando se trata do assunto deficiência, primeiramente devemos nos atentar ao que as pessoas com deficiência têm a nos dizer, e também, a todas as questões relacionadas a elas.

A esse respeito, utilizaremos as concepções teóricas de Isabel Maior, médica, professora, autora do livro e filme-documentário “História do Movimento Político das

Pessoas com Deficiência no Brasil”, que ainda na juventude, se tornou uma pessoa com deficiência física, e é atuante frente aos movimentos relacionados às pessoas com deficiência.

Na concepção de Maior (2016), uma das grandes características da nossa sociedade é o desconhecimento do outro, complementada pelo desinteresse em conhecer o novo, pela relutância diante as mudanças, não valorizando assim as diferenças, criando rótulos para as pessoas, e esses por sua vez, fazendo com que a pessoa seja segregada.

Ainda segundo Maior (2016), a homogeneidade não é algo que possa um dia ser alcançado, dado que as diferenças presentes no ser humano são infinitas. “Imaginar que somos normais, quando somos iguais, e que somos patológicos, quando alguma coisa nos diferencia, é um pensamento ainda muito atrasado”.

Desse ponto de vista, podemos refletir o quanto a busca pela uniformidade é algo inatingível, uma vez que todos nós somos dotados de características diferentes, e são essas diferenças que nos fazem únicos e deveriam ser valorizadas.

Novamente buscando o referencial teórico de Maior (2016), quando estamos nos mencionando às questões raciais e a deficiência, a maior barreira encontrada é em relação à discriminação, uma vez que essa se agrava pelas atitudes que a tentam acobertar. Diante de várias situações discriminatórias, age-se como se isso não existisse.

Os estudos apresentados por Maior (2016) mostram que o último censo realizado verificou aproximadamente 45 milhões de pessoas com deficiência em nosso país.

Considerando as informações que a autora nos traz, podemos verificar o quanto é grande o número de pessoas com algum tipo de deficiência em nosso país. Porém, onde estão todas essas pessoas? Em suas casas? Em algum tipo de instituição? Certamente, a grande maioria não se encontra convivendo em sociedade como deveria ser levados pela discriminação, pela falta de acessibilidade e vontade diante das mudanças necessárias para a verdadeira inclusão. “É preciso que haja o desejo de se incluir as pessoas com deficiência”.

Com as teorias de Maior (2016), podemos compreender que as oportunidades não são iguais para as pessoas com deficiência, uma vez que as cotas existem, e se existem é devido à discriminação.

De acordo com Maior (2016), uma das maiores dificuldades da pessoa com deficiência é a sua colocação no mercado de trabalho, já que os empresários em nosso

país acreditam que não há pessoas com deficiência aptas para o trabalho, uma vez que o mesmo exige um grau de preparação grande.

A esse respeito, Maior (2016) cita como exemplo os concursos públicos. Uma vez que um indivíduo realiza um concurso público, certamente, já possui um grau elevado de estudo, e diante desse cenário, não serão concedidos privilégios. A prova será a mesma, porém, apenas adaptada para que a pessoa que a realiza possa ter as mesmas chances das demais.

Desse ponto de vista, podemos entender que as pessoas com deficiência estão sim preparadas para o mercado de trabalho, mas que a falta de interesse em proporcionar as mudanças necessárias que essas necessitam, trazem grandes dificuldades, as excluindo e colocando a margem da sociedade.

Com base em Maior (2016), “as pessoas com deficiência têm no estigma o seu maior inimigo”. O estigma nos leva a não acolher o que é diferente no outro, pois traduz toda a fraqueza do ser humano e nos faz refletir que a qualquer momento, qualquer um de nós pode estar na realidade de uma pessoa com deficiência, o que nos causa medo, nos assusta, devido a toda a discriminação existente, e que temos medo de sofrer.

Diante disso, devemos lutar e buscar meios para desconstruir os estigmas. Devemos primeiramente olhar para nós mesmos, para as nossas deficiências, enxergar que não somos, de maneira alguma, perfeitos, e que diante disso, devemos nos empenhar para a construção de uma sociedade verdadeiramente mais inclusiva.

Na concepção de Maior (2016), a integração se caracteriza por uma realidade em que a pessoa com deficiência é que tem que se adequar. É ela que tem que se parecer com as demais, mesmo cada indivíduo sendo diferente. A integração mascara a situação, permite que a pessoa faça parte sim, mas que para isso, a mesma deve provar a sua superação, que ainda que seja uma pessoa com deficiência, é capaz de fazer o que as outras fazem.

Assim, podemos ver o quanto a realidade da integração é discriminatória, visto que a pessoa com deficiência só é “acolhida” se continuar a se encaixar nos padrões pré-estabelecidos.

Novamente buscando o referencial teórico de Maior (2016), o Brasil é o único país que concede equipamentos para pessoas com deficiência de graça, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). “A tecnologia é um braço de facilitação das pessoas com deficiência no mundo” (MAIOR, 2016).

Diante disso, podemos refletir o quanto a tecnologia é um recurso importante nos dias de hoje, facilitando nossas vidas, contribuindo para a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, e ajudando-as cada vez mais a fazer parte verdadeiramente da sociedade.

Ainda segundo Maior (2016), o Brasil encontra-se entre os países que possuem as melhores leis em relação às pessoas com deficiência, no entanto, suas ações e práticas ainda estão longe de serem as ideais.

Diante disso, após tantos séculos de segregação, se continuarmos a agir como seres que discriminam, não vamos considerar as possibilidades existentes, como as pesquisas na área da deficiência, e todos os recursos que podem ser utilizados para colaborar com a verdadeira inclusão. Vamos ficar estagnados, considerando não promover mudança alguma, pois deixaremos as coisas como estão, e diremos a nós mesmos que essas já são suficientes, e vamos seguir discriminando e segregando as pessoas com deficiência, como se esse ato fosse absolutamente natural e aceitável.

Considerações Finais

Ao longo da história da humanidade diversas mudanças ocorreram, nos âmbitos mais variados e muitas delas envolveram a percepção e o tratamento em relação às pessoas com deficiência.

A deficiência, primeiramente relacionada a causas místicas e religiosas, eliminava sumariamente aqueles que não eram considerados normais, ou os confinava em instituições. Depois passaram a ser atendidos pela Igreja, mas não necessariamente acolhidos e aceitos. Essa história deixou grandes marcas de sofrimento e segregação.

Após séculos de preconceito e exclusão, a medicina traz uma visão até então não considerada para a temática da deficiência, auxiliando nos diagnósticos e contribuindo para um melhor desenvolvimento das pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que ajuda no processo de conhecimento e aceitação.

Ainda hoje, após tantos avanços e desenvolvimento na área encontramos dificuldades em lidar com a questão da deficiência. Aquilo que é novo nos assusta, nos incomoda, faz com que queiramos nos proteger, ainda que não saibamos exatamente do que.

Dia após dia as pessoas com deficiência têm conquistado o seu espaço, impulsionadas pela vontade de estar realmente presentes na sociedade, atuantes em

todos os espaços, ainda que seja uma luta árdua e muitas vezes injusta, já que mesmo após tantos anos muitas coisas não tenham saído do papel e da teoria.

Muito já se conquistou ao longo dos anos em relação à deficiência. Na área médica, por exemplo, muitas conquistas já foram realizadas, e muito mais está por vir. Mas para que isso aconteça, é preciso que haja investimento, humano e tecnológico.

Na área da educação grandes passos foram dados, mas a caminhada ainda é longa. Incluir uma pessoa com deficiência é muito mais que colocá-la no mesmo ambiente. É proporcionar a ela meios para que possa se desenvolver, se sentir acolhida, e respeitada. É fazer das diferenças uma soma, um ensinamento.

Referências

BEZERRA. B. História da psicopatologia no Brasil. **Café Filosófico**, CPFL Cultura. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AvmSBfSvZec>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

MAIOR. I. Deficiência e diferenças. **Café Filosófico**, CPFL Cultura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jQKD5mIMJsM>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

PEREIRA. R. **Anatomia da diferença**: normalidade, deficiência e outras invenções. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

RIBAS, J. **Preconceito contra as pessoas com deficiência**: as relações que travamos com o mundo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.